



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS

Exmº Senhor
Professor Dr. Marcelo Rebelo de Sousa
Palácio de Belém
Calçada da Ajuda
1349 – 022 Lisboa

Sua Refª.

Data:

Nossa Refª 37/2024

Data: 01/10/2024

Assunto: Soluções para a falta de médicos no SNS para incorporação no Orçamento de Estado de 2025

Exm/a. Sr/a Dr/a Marcelo Rebelo de Sousa

Presidente da República

A Federação Nacional dos Médicos (FNAM) vem manifestar a sua extrema preocupação com o caos que se vive no Serviço Nacional de Saúde (SNS) devido à falta de médicos e demais profissionais de saúde, numa degradação agravada dos cuidados de saúde à população.

Apelamos assim a Vossa Excelência, Presidente da República, para dentro das suas competências sensibilizar o Governo para a importância do Orçamento de Estado para 2025 integrar algumas das soluções que a FNAM propõe como solução para atrair e fixar médicos no SNS.

O Ministério da Saúde de Ana Paula Martins limita-se a negociações de fachada com o setor da saúde, quando são urgentes negociações sem inflexibilidade, intransigência, mas com competência, seriedade e vontade política, que incorpore soluções para discussão e votação no Orçamento de Estado para 2025, desenhadas em função dos compromissos que se consigam obter em contrarrelógio.

O Plano de Emergência e Transformação na Saúde revelou-se uma mão cheia de nada, sendo a situação que se vive no SNS insustentável, com grávidas reféns de uma linha telefónica sobrecarregada, dezenas de partos nas ambulâncias, equipas de urgência exaustas e reduzidas a mínimos, sem os rácios exigidos para garantir a segurança dos doentes, com listas de espera cirúrgicas e de utentes sem médico de família a aumentar.

Os concursos de colocação dos novos médicos no SNS continuam atrasados, persistem as irregularidades no pagamento do trabalho suplementar, a que se somam medidas abusivas de cancelamento unilateral de férias até ao fim do ano, apesar do planeamento autorizado estar feito pelos serviços e administrações das várias instituições desde há meses.

Por outro lado, o Ministério de Ana Paula Martins vende ilusões, com o anúncio das Unidades de Saúde Familiar, modelo C, de natureza privada, que promoverá a saída de médicos, demais profissionais e recursos financeiros do SNS, agudizando o crescente problema de sustentabilidade do SNS.

Os Centros de Atendimento Clínico (CAC), em Lisboa e no Porto, além de atenderem doentes aquém do programado, visam a transferência de 65 milhões de euros para prestar esse serviço até 2025 para a Santa Casa da Misericórdia do Porto, como o CAC da Prelada. Já o Serviço de Atendimento de Coimbra foi programado para funcionar ao fim de semana à custa do trabalho suplementar dos médicos de medicina geral e familiar, com a redução consequente da disponibilidade dos médicos para atender os utentes das suas unidades de saúde familiar durante a semana.

Porque apelamos?

Porque denunciados os constrangimentos e ineficácia de várias medidas, legislativas e outras, obtivemos da Sra. Ministra da Saúde um absoluto silêncio e ausência de resposta às missivas enviadas pela FNAM.

Assim foi, com a exigência da imediata aplicação do regime “especial de aceleração do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores com vínculo de emprego público” para os médicos que

preencham os respetivos requisitos - DL 75/2023 (14 de maio), com a proposta para que os médicos com contratos individuais de trabalho pré-2013 tenham salários atualizados e progressão na carreira (10 de julho), e com as omissões e irregularidades patentes no DL 45-A/2024 onde a FNAM exigiu a reposição imediata da legalidade no pagamento do trabalho suplementar, dito normal, nas palavras do diploma, dos médicos (22 de julho). Ainda se aguarda a resposta à constituição do Grupo de Trabalho para a alteração do Regime e Regulamento do Internato Médico, como ditam as regras de contratação coletiva.

De igual forma, a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) demitiu-se das suas funções não respondendo à missiva que abordava “a agilização e legalidade dos procedimentos concursais” e a avaliação do desempenho no âmbito do SIADAP3 (18 de abril).

Os médicos querem ficar no SNS, mas para isso o Ministério da Saúde de Ana Paula Martins não pode continuar a empurrar-nos para o sector privado e para fora do país, numa política de desgaste dos seus principais instrumentos, os profissionais. Só com a devida valorização das grelhas salariais, da carreira médica e melhoria das condições de trabalho, é que poderemos garantir os cuidados de saúde de qualidade e acessíveis a toda a população, com equipas completas, multidisciplinares, multiprofissionais e motivadas, num SNS pleno de saúde.

As soluções da FNAM são claras: a renegociação da carreira médica e respetiva grelha salarial para todos os médicos, com reposição do poder de compra perdido desde a era da *Troika*. Defendemos a reposição do período normal de trabalho semanal de 35 horas, a reintegração do Internato Médico na carreira médica, a reposição dos 25 dias úteis de férias por ano e dos 5 dias suplementares de férias se gozadas fora da época alta, a reposição das 12 horas de serviço de urgência, a possibilidade de um regime de dedicação exclusiva ao SNS, opcional e devidamente majorado.

É ainda fundamental negociar de forma séria o redimensionamento da lista de utentes dos médicos de família, dos índices de desempenho da equipa e da complexidade do utente. Assim como é imperativa a devida atualização do suplemento de Autoridade de Saúde Pública e a aplicação uniforme do regime de disponibilidade permanente para todos os médicos de saúde pública.

Por fim, apresentamos medidas que visam a adequação do regime da parentalidade e da formação pós-graduada aos médicos.

Tudo a ser complementado com uma maior transparência e agilização dos procedimentos concursais, a revisão do sistema de avaliação de desempenho e a revisão/revogação dos diplomas que manifestamente agravaram a situação do SNS.

O SNS não pode continuar sem um Ministério da Saúde que ouça os médicos e avalie proactivamente as suas críticas. A FNAM faz parte da solução com propostas concretas que são capazes de fixar médicos no SNS. Ao contrário, a Ministra da Saúde é parte do problema, com o aprofundamento da crise no SNS. A situação agravar-se-á ainda mais este Inverno para os médicos e demais profissionais de saúde, mas acima de tudo para os utentes, pelo que, o setor da saúde poderá ser obrigado a intensificar as formas de luta, para exigir competência, seriedade e soluções reais para atrair e fixar os profissionais num SNS, capaz de responder a toda a população.

A FNAM propõe-se com o presente Apelo evitar o aprofundar do caminho aberto na última greve, onde vários setores da saúde convergiram não só na casualidade das datas, mas sobretudo na substância das reivindicações.

Continuaremos a lutar ao lado de todos os que partilham das soluções que preconizamos e resumidamente elencamos, seja no setor da saúde e na sociedade.

Com os melhores cumprimentos,

Joana Bordalo e Sá

Presidente da Comissão Executiva da FNAM